



Resposta a Pedido de Esclarecimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025- PMA

(Processo Administrativo Nº 082/2025 - PMA)

Objeto: “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMAS OPERACIONAIS DE INFORMÁTICA E COM FORNECIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA”

Resposta a Questionamento 01:

Esclarece-se que o Decreto nº 7.892/2013 foi revogado, razão pela qual suas disposições e desdobramentos não se aplicam ao presente Pregão.

O Sistema de Registro de Preços adotado no Pregão Eletrônico nº 009/2025 – PMA encontra respaldo no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, uma vez que o objeto atenderá a mais de um órgão. Além disso, sua justificativa está descrita no item 1.6 do Termo de Referência.

Sob Sistema de Registro de Preços, tendo em vista que alguns módulos não serão implantados de imediato e sim de forma gradativa, que viabilizem a migração/implantação de acordo com as necessidades reestruturação da Administração Municipal.

Resposta a Questionamento 02:

Os serviços de hospedagem estão previstos no item 37, com a devida estimativa de custos. Quanto aos serviços de customização, estes estão contemplados no item referente à manutenção e suporte, de modo que eventuais novas funcionalidades deverão ser consideradas no escopo desse item.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBE
SETOR DE LICITAÇÃO



Proc: ____/202__

Folha: ____

Visto: ____

Resposta a Questionamento 03:

Os itens 06 e 07 referem-se à implantação geral do sistema, enquanto o item 12 trata especificamente da gestão do sistema de previdência. Não há cronograma previamente definido, considerando que os licitantes poderão apresentar diferentes disponibilidades, e que parte dos módulos ainda não está disponível no percentual exigido na prova de conceito.

Resposta a Questionamento 04:

A exigência está em conformidade com o item 5.4.5 do Anexo I da Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023, tendo como objetivo a garantia da segurança dos dados. Entretanto, ressalta-se que nem o Termo de Referência nem a referida Portaria vedam a utilização de data centers localizados fora do território nacional; exigem apenas que também haja estrutura localizada no Brasil.

Marcos Paulo dos Santos Montozo
Pregoeiro -Mat. 3449